



**Ministério da Educação**  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Pró-reitoria de Assuntos Financeiros**  
**Departamento de Materiais e Serviços Auxiliares**  
**Assessoria Técnica**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADOS**

**Edital de Pregão Eletrônico Nº 49/2017**

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mediante o Pregoeiro Sandro Valerio Gonçalves Martins, designado pela Portaria nº 869/GR, de 11/10/2016, publicada no D.O.U no dia 13/10/2016, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item para a aquisição de dispositivos móveis do tipo tablets, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará integralmente as disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, do Decreto nº 5.450/2005, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto nº 7.746/2012, da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei nº 12.440/2011, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2/2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 3/2013 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, bem como a Lei 8.078/1990, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**Data da sessão:** 25/10/2017

**Horário:** 10:00h (horário de Brasília/DF)

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal- [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**Tipo de Licitação:** Menor Preço por Item

**I. DO OBJETO**

- 1.1 O objeto da presente licitação é a **aquisição de dispositivos móveis do tipo tablets**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será realizada para um único item, conforme tabela constante do Termo de Referência.
- 1.3 Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no comprasnet e as especificações técnicas constantes no Termo de Referência - Anexo I, o licitante deverá obedecer a este último.

## **II. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 153166

Fonte: 188

Programa de Trabalho: 129912

Elemento de Despesa: 44.90.52

PI: V0000N0100N

## **III. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3 O credenciamento far-se-á mediante a atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverá informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 3.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação,

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **IV. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1 **A participação nesta licitação é restrita às Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Equiparados** (sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção “DA HABILITAÇÃO”.

4.2.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Termo de Referência deste Edital.

4.3 Não poderão participar deste Pregão:

4.3.1 Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

4.3.1.1 Excepciona-se o disposto acima, nos casos em que tais sociedades apresentem autorização específica dos sócios para contratar com a Administração objeto diverso do previsto no contrato social ou estatuto.

4.3.1.2 A autorização assemblear deverá observar as regras de convocação e de quórum para instauração e deliberação previstas em lei para cada tipo de sociedade.

4.3.1.3 Para fins de comprovação, o licitante deverá apresentar a ata da assembleia ou o documento equivalente.

4.3.2 Empresas que, embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3.3 Empresas ou sociedades estrangeiras que não tenham representação no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.4 Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a UFRRJ;

4.3.5 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;

- 4.3.6 Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
  - 4.3.7 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.3.8 Empresas de que sejam proprietários, controladores ou diretores Deputados ou Senadores (cfr. art. 54, II da Constituição);
  - 4.3.9 Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa);
  - 4.3.10 Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios sejam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na UFRRJ, ou ainda, sejam cônjuges, companheiro (a) ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de funcionários desta Instituição;
  - 4.3.11 Inadimplentes em obrigações assumidas com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como aquelas que se encontram em atraso na entrega de materiais ou serviços;
  - 4.3.12 Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
  - 4.3.13 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
  - 4.3.14 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
- 4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 4.4.1.1 Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.
  - 4.4.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
  - 4.4.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.4.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.4.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;
  - 4.4.6 Que não faz utilização de trabalho degradante ou forçado.

4.5 Só participarão da reabertura da sessão pública, prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, os licitantes que informarem seus endereços eletrônicos em campo próprio disponibilizado pelo sistema, após a fase de aceitação, caracterizando renúncia a esta possibilidade a ausência de manifestação neste momento.

4.6 O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante.

## **V. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

5.1 Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto à responsabilidade do fornecedor pela apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos, preferencialmente através de papel reciclado, e de forma a não frustrar a competitividade.

5.2 O licitante deverá observar as demais disposições contidas no Termo de Referência.

## **VI. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS**

6.1 O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

6.2 No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

6.3 A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

6.4 A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

6.5 Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado deverão apresentar declaração em campo próprio do sistema que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado.

6.5.1 Caso inexistente campo próprio no sistema eletrônico, a declaração deverá ser enviada ao pregoeiro até a data e horário marcados para abertura da sessão.

6.5.2 A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

6.6 A identificação das ME/EPP ou equiparados na sessão pública do pregão eletrônico só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a impedir a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

## VII. DO ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA

7.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.1.1 **O licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o produto ofertado, indicando a marca, o fabricante, o modelo, a quantidade, a procedência do produto, a embalagem, os prazos de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, sob pena de desclassificação de sua proposta.**

7.1.2 **O licitante deverá cumprir com 100% do quantitativo solicitado para o item.**

7.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

7.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.6.1 Valor unitário e total do item;

7.6.2 Marca;

7.6.3 Fabricante;

7.6.4 Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

- 7.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60**(sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação.
- 7.9.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 7.10 Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.
- 7.11 Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta apresentada.

## **VIII. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 8.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 8.2 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Art. 13º, inciso IV, Decreto 5.450 / 2005).

## **IX. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 9.1 Aberta a sessão, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.1.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.1.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

## **X. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.1.1 **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.**

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

10.3.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

10.3.2 Os lances enviados em desacordo com o item **10.3.1** serão descartados automaticamente pelo sistema conforme consta na IN SLTI/MPOG nº 3/2013.

10.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

10.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.6 Os lances apresentados serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

10.7 **Ao formularem seus lances os fornecedores participantes deverão oferecer lances cujo valor não extrapole o número de DUAS CASAS DECIMAIS após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo-se **ARREDONDAMENTOS A MENOR**, de forma que o valor arredondado (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado.**

10.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 10.9 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 10.10 Para a aquisição de bens comuns de informática e automação que estejam definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 10.11 O pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.
- 10.11.1 Realizada a diligência, o pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.

## **XI. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**

- 11.1 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.2 No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **XII. DAS REGRAS GERAIS DE DESEMPATE**

- 12.1 Se após a fase de lances, restarem duas ou mais propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência:
- 12.1.1 Sucessivamente, aos bens:
- 12.1.1.1 Produzidos no País;
- 12.1.1.2 Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- 12.1.1.3 Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 12.1.2 Ao licitante pessoa física, que tenha exercido o múnus público de jurado, na condição do art. 439 do Código de Processo Penal.
- 12.1.3 Na ausência das hipóteses de preferência acima enumeradas ou no caso de concurso entre as hipóteses previstas nos itens **12.1.1 e 12.1.2**, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

- 12.1.4 Não se aplica o sorteio disposto no item 12.1.3, quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

### **XIII. DA NEGOCIAÇÃO**

- 13.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 13.1.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 13.1.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

### **XIV. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

- 14.1 Encerrada a etapa de lances e depois de concluída a negociação e verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, sua exequidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 14.1.1 O critério de julgamento será **menor preço por item**.
- 14.2 Será desclassificada a proposta final que:
- 14.2.1 Contenha vícios ou ilegalidades;
- 14.2.2 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital ou Termo de Referência;
- 14.2.3 Apresentar preços finais superiores ao valor estimado estabelecido neste Edital;
- 14.2.4 Apresentar preços que sejam manifestamente inexequíveis.
- 14.2.4.1 Considera-se a proposta inexequível a que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 14.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

- 14.3.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando a marca, modelo, tipo, fabricante, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.3.1.1 A documentação mencionada no subitem acima, quando solicitada pelo pregoeiro, deverá ser apresentada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação, para conferência do produto com as especificações solicitadas no Termo de Referência.
- 14.3.1.2 Os documentos deverão ser enviados para o e-mail [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br), em arquivo de extensão .pdf ou .jpg.
- 14.3.1.3 Os mesmos serão analisados pelo setor técnico responsável que emitirá laudo aprovando ou não o produto ofertado;
- 14.3.1.4 O documento solicitado deverá vir escrito em Português (Brasil) e deverá conter as características do material ofertado.
- 14.3.1.5 Serão rejeitados, mediante despacho fundamentado pelo setor responsável, os documentos que não atenderem às especificações descritas neste edital e em seus anexos.
- 14.3.1.6 Se o(s) documento(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) documento (s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 14.4 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 14.5 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da UFRRJ para orientar sua decisão. Caso o Órgão não possua, no seu quadro de pessoal, profissionais habilitados para emitirem parecer técnico, poderá ser formulado por pessoa física ou jurídica qualificada.
- 14.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 14.7 No julgamento das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 14.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

## **XV. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

- 15.1 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, o pregoeiro verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 15.1.1 SICAF;
- 15.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- 15.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 15.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 15.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de eventual matriz ou filial (cfr. Acórdão TCU nº 1.793/11) e de seu sócio majoritário (cfr. art. 12 da Lei nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário).
- 15.3 Constatada a existência de vedação à participação no certame, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.
- 15.4 Ainda como condição prévia à habilitação, para os itens ou grupos de participação exclusiva para ME/EPP ou equiparados, o Pregoeiro poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)), na seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pelo licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar no exercício anterior ou corrente extrapola o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício.
- 15.4.1 Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolação do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente inabilitação, sem prejuízo das penalidades incidentes.

- 15.5 Não ocorrendo inabilitação de que tratam os itens anteriores, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação que não tiverem sido previamente encaminhados por meio do sistema eletrônico.
- 15.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/05).
- 15.7 Se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro procederá na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.
- 15.8 Quando todos os licitantes forem inabilitados, o pregoeiro poderá fixar-lhes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas referidas no ato de inabilitação.

## **XVI. DA HABILITAÇÃO**

- 16.1 O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômica financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 16.1.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 16.1.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 24 (vinte e quatro) **horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 16.2 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista; qualificação econômica financeira e qualificação técnica, bem como documentação complementar.

**16.3 Documentos relativos à Habilitação Jurídica:**

- 16.3.1 Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;
- 16.3.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 16.3.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 16.3.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 16.3.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 16.3.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 16.3.7 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 16.3.8 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 16.3.9 Em caso de cooperativas
  - 16.3.9.1 Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
  - 16.3.9.2 Ata de Fundação;
  - 16.3.9.3 Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.
- 16.3.10 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**16.4 Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- 16.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 16.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 16.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 16.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 16.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 16.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
  - 16.4.6.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 16.4.7 Quando o contrato for executado por filial da empresa, o licitante deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista da matriz e da filial;
- 16.4.8 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública;

**16.5 Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

- 16.5.1 Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;

- 16.5.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- 16.5.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015)
- 16.5.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 16.5.5 A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:
- 16.5.6 No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;
- 16.5.7 No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.
- 16.5.8 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1

SG= Solvência Geral – superior a 1

LC= Liquidez Corrente – superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante

AT= Ativo Total

- 16.5.9 A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos, deverá comprovar **patrimônio líquido de 10%** do valor estimado da contratação ou item pertinente.

16.5.10 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

16.5.11 As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, e suas demais atualizações, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em fotocópias autenticadas extraídas e do livro digital, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital, todos emitidos pelo Programa Validador e Autenticador (PVA).

#### 16.6 Documentos relativos à qualificação técnica:

16.6.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

16.7 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

#### 16.8 Documentação complementar:

16.8.1 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, **NÃO HAVENDO mais a necessidade do envio desses documentos por meio de fax, e-mail ou correios:**

16.8.1.1 Que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;

16.8.1.2 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

16.8.1.3 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09;

16.8.1.4 O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06;

16.8.1.5 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores (art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93);

- 16.8.2 A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.
- 16.9 Ao licitante **regularmente** inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.
- 16.10 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.
- 16.11 Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art. 35 da Lei nº 10.522/02.
- 16.12 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:
- 16.12.1 Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;
  - 16.12.2 Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;
  - 16.12.3 Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 16.12.4 Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da UFRRJ.
- 16.13 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, observado o disposto no item 16.9 deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias, após solicitação do pregoeiro para o endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 - Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ.
- 16.14 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 16.15 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06);

- 16.15.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 16.15.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação
- 16.15.3 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);
- 16.16 A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, ou revogar a licitação.
- 16.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 16.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.19 O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
- 16.20 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 16.20.1.1 Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

## **XVII. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
- 17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

- 17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o termo de contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 17.3 O licitante subsequente, sendo respeitada a ordem de classificação, será convocado tendo por base o próprio preço que ofereceu na sessão de lances para a negociação prevista na Seção “Da Negociação”.
- 17.4 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 17.5 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **XVIII. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 18.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) **horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.
- 18.1.1 Posteriormente ao envio por meio eletrônico, a proposta deverá ser entregue/enviada para a Seção de Pregão – sala 21 do Prédio Principal da UFRRJ, no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000, no PRAZO MÁXIMO DE 03 (três) dias úteis, após solicitação do pregoeiro, **em envelope fechado com os seguintes dizeres: Seção de Pregão e nº do Pregão Eletrônico.**
- 18.2 A Proposta de Preços escrita contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada, contendo os seguintes dados:
- 18.2.1 Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua aceitação;
- 18.2.2 A especificação clara, completa e minuciosa do material ofertado; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, em conformidade com o Anexo I deste Edital;
- 18.2.3 Declaração de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão;

- 18.2.4 Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, endereço eletrônico (e-mail), banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento, telefone e celular do licitante vencedor;
- 18.2.5 Marca, fabricante e demais referências que bem indiquem os itens cotados;
- 18.2.6 Valor unitário e total do item;
- 18.2.7 Procedência do material informando se é: nacional, importado adquirido no mercado interno ou importado adquirido no mercado externo;
- 18.2.8 Declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão;
- 18.2.9 Descrição do objeto, marca, modelo e demais informações conforme cadastro realizado pelo licitante no sistema;
- 18.3 O não cumprimento das exigências do item 18.2 e seus subitens implicará na perda dos itens ganhos pelo licitante.
- 18.4 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 18.5 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado.
- 18.5.1 Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 18.6 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 18.6.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 18.7 Se o licitante declarado vencedor for desclassificado, o pregoeiro poderá proceder na forma prevista na Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”.
- 18.7.1 Os licitantes classificados em segundo e/ou subsequentes que forem convocados pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, terão o prazo de 24h para envio da proposta e documentos de habilitação no sistema comprasnet. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do fac-símile (21) 2682-1241 ou do e-mail [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br).

## **XIX. DOS RECURSOS**

- 19.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 19.2 Durante o prazo para manifestação da intenção de recorrer, caso não seja possível a visualização no sistema dos documentos de habilitação apresentados pelo licitante declarado vencedor do certame ou de qualquer outro documento dos autos, os licitantes interessados poderão solicitar ao Pregoeiro o envio através do e-mail: [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br).
- 19.3 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 19.3.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 19.3.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor;
- 19.3.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 19.4 Manifestado o interesse de recorrer, o pregoeiro poderá:
- 19.4.1 Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;
- 19.4.2 Motivadamente, reconsiderar a decisão;
- 19.4.3 Manter a decisão, encaminhando o recurso para autoridade julgadora.
- 19.5 Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do licitante aos autos do processo licitatório ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.
- 19.5.1 Caso os autos do processo não estejam disponíveis para vista dos licitantes interessados, o prazo para recurso será suspenso.
- 19.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## XX. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 20.1 Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.
- 20.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

## XXI. DO TERMO DE CONTRATO

- 21.1 A contratação com o adjudicatário será formalizada por intermédio de Termo de **Contrato**, conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto nº 7.892/13.
- 21.2 Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar possível proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação, conforme **IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013**).
- 21.3 **A adjudicatária terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**
- 21.3.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 21.3.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 21.4 Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
- 21.4.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.
- 21.5 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.
- 21.6 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

- 21.7 Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem durante sua vigência, de tudo dando ciência à Administração.
- 21.8 O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 21.9 O prazo de vigência do contrato não deve ser confundido com o prazo de garantia dos equipamentos. O primeiro compreende a execução do objeto do contrato administrativo e o respectivo pagamento à contratada. Já o segundo se refere ao prazo em que a Contratada deverá garantir o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do objeto contratado já entregue.
- 21.10 A vigência contratual se extinguirá com a finalização da execução do objeto, recebimento e o consequente pagamento à Contratada. Já o lapso de garantia estabelecida para o equipamento continuará vigente até o advento do seu termo final.

## **XXII. DA GARANTIA DO PRODUTO**

- 22.1 As Condições referentes à garantia dos equipamentos estão estabelecidas no Termo de Referência.

## **XXIII. DO PREÇO**

- 23.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## **XXIV. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 24.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **XXV. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

- 25.1 As vedações à Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **XXVI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

26.1 As Condições de Entrega do Objeto estão estabelecidas no Termo de Referência.

## **XXVII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

27.1 As Condições para o Recebimento Provisório e Definitivo estão estabelecidas no Termo de Referência.

## **XXVIII. DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO**

28.1 O contratado é responsável pelos danos causado à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

28.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **XXIX. DO PAGAMENTO**

29.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF**; contados do aceite definitivo do produto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

29.1.1 Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

29.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

29.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

29.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 29.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 29.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 29.6.1 **Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de cinco (5) dias úteis (estabelecido pela IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013) o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;**
- 29.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 29.8 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 29.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 29.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 29.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 29.11.1 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1540, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.
- 29.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

29.13 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

29.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, sendo:**

**EM = Encargos moratórios;**

**N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela a ser paga.**

**I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:**

$$I = (\text{TX}) \quad I = \frac{(6 / 100)}{\quad} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

### **XXX. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

30.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 30.1.1 Não assinar o termo de contrato ou não aceitar/retirar a nota de empenho quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 30.1.2 Apresentar documentação falsa;
- 30.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 30.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 30.1.5 Não mantiver a proposta;
- 30.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 30.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

30.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

30.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 30.2.1 Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 30.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

30.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

- 30.3.1 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 30.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 30.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 30.6 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

### **XXXI. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

- 31.1 Os motivos para rescisão do contrato estão previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.
- 31.2 A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **XXXII. DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE INFORMAÇÕES SOBRE O EDITAL**

- 32.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 32.1.1 **A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregao\\_dmsa@ufrj.br](mailto:pregao_dmsa@ufrj.br), pelo Tel. Fax: (21)2682-1241, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço BR 465, Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23.897-000 – Seção de Pregão – Sala 21 do Prédio Principal.**
- 32.1.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 32.1.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 32.2 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 32.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 32.4 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

### **XXXIII. DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

- 33.1 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- 33.2 A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

### **XXXIV. DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

- 34.1 A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.
- 34.2 A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 34.3 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 34.3.1 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam ou sejam consequência do ato anulado.
- 34.4 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 34.5 A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 34.5.1 A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 34.6 Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

### **XXXV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 35.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para

o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

- 35.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 35.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 35.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 35.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 35.6 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive fixando prazo para resposta dos licitantes quando lhes for solicitada qualquer informação ou documento, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da Sessão Pública.
- 35.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na UFRRJ.
- 35.8 Em caso de divergência entre as especificações dos materiais inseridos no sistema SIASG e as deste edital, prevalecerão as constantes neste último.
- 35.9 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 35.10 As notas de empenho emitidas em favor da da empresa fornecedora ganhadora do regular processo licitatório, serão enviadas via e-mail com link redimensionando ao [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br), e somente de forma subsidiária ou força maior, via fax, assim respeitando o princípio da eficiência e economicidade pública.
- 35.11 Se o licitante declarado vencedor recusar-se, injustificadamente, a assinar o Termo de Contrato será convocado outro licitante, obedecida a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente para que seja obtido preço melhor. A recusa injustificada, poderá ensejar na aplicação das penalidades estabelecidas no edital, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis.

- 35.12 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 35.13 Os licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso ao sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.
- 35.14 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.
- 35.15 Para fins de aplicação das sanções administrativas, o lance é considerado proposta.
- 35.16 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rod. BR 465 Km 07 – Seropédica / RJ, CEP: 23897-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 35.17 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

## **XXXVI. DOS ANEXOS**

- 36.1 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:
- 36.1.1 ANEXO I - Termo de Referência;
  - 36.1.2 ANEXO II – Relatório Técnico;
  - 36.1.3 ANEXO III - Declaração de Composição de Preços;
  - 36.1.4 ANEXO IV – Modelo de Declaração de Sustentabilidade;
  - 36.1.5 ANEXO V – Modelo de Declaração de Menores;
  - 36.1.6 ANEXO VI– Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;
  - 36.1.7 Anexo VII – Minuta de Termo de Contrato;
  - 36.1.8 Anexo VIII- Temo de Recebimento Provisório;
  - 36.1.9 Anexo IX – Termo de Recebimento Definitivo.

## **XXXVII. DO FORO**

ASTEC / DMSA

Página: \_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_

- 37.1 Nos termos do art. 109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas ao presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa.

Seropédica – RJ, ..... de ..... de 201....

**Assinatura da autoridade competente**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49 / 2017**  
**PROCESSO Nº: 23267.001307/ 2017-59**

### I. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Pregão tem por objeto a aquisição de dispositivos móveis do tipo *tablet* para a utilização no projeto de pesquisa “DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROTOCOLO DO LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL”, destinados à utilização em sessões de ensino experimentais com alunos portadores de deficiência. Os tablets devem possuir configuração mínima específica para garantia de eficácia da aquisição, conforme explicitados na descrição técnica e abaixo justificado.

### II. DA JUSTIFICAVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O presente processo é oriundo do projeto de pesquisa “DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROTOCOLO DO LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL” e possui como objetivo principal elaborar e validar uma abordagem para criação de livros digitais acessíveis, seguindo os princípios do

Desenho Universal, ou seja, que possam ser utilizados por alunos com e sem deficiência, indistintamente.

A utilização de tablets para esta etapa do projeto se justifica por serem dispositivos móveis pequenos, leves, e, portanto, fáceis de carregar. Por possuírem tamanhos semelhantes ao de livros convencionais, um de seus principais usos é para leitura de artigos e livros em formato digital. Neste projeto, utilizaremos um formato de livro digital conhecido como *ePub* que permite a inclusão no texto de artifícios como vídeos, sons, interatividade através de *scripts* escritos em JavaScript, etc.

Contudo, apesar de todas as funcionalidades disponibilizadas para livros ePub, não foram encontrados aplicativos disponíveis para Android ou iOS (sistemas operacionais mais populares em tablets) que sejam capazes de abrir livros com todos os recursos que serão utilizados no projeto – em particular, não foi encontrado nenhum aplicativo capaz de executar os scripts JavaScript contidos no protótipo desenvolvido, o que inviabilizaria o projeto.

Nos testes relativos ao sistema operacional Windows 10, também não foi encontrado nenhum aplicativo capaz de executar corretamente os scripts contidos no protótipo. Neste caso, a alternativa se tornou a utilização do livro através de um navegador web. Após uma pesquisa na internet, verificou-se que o navegador Microsoft Edge possui o melhor interpretador JavaScript na atualidade, superando os seus concorrentes. Esta característica, aliada ao fato de que o sistema operacional Windows é reconhecidamente o mais utilizado no mundo e, conseqüentemente, mais familiar aos professores que realizarão as sessões de validação, foi recomendada a utilização de tablets equipados com esse sistema operacional.

Uma outra vantagem da utilização de tablets com Windows está no fato de estes permitirem a utilização da suíte de produtividade Microsoft Office para realizar anotações, registros de dados, etc. pertinentes ao projeto. A familiaridade dos professores com as ferramentas utilizadas se caracteriza como de fundamental importância para evitar a necessidade de realização de sessões para treinamento específico, agilizando e diminuindo o custo do projeto. Mais detalhes sobre os estudos realizados que concluíram pela escolha do sistema operacional Windows encontram-se no relatório técnico em anexo.

Por fim, ressaltamos que os tablets são de fundamental importância para este projeto de pesquisa, sem os quais será impossível comprovar tanto a eficiência quanto a eficácia do protótipo do livro digital acessível. A não aquisição destes itens implicaria diretamente na inviabilidade do projeto.

### III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI

#### 3.1 – Descrição

3.1.1. A Solução pretende garantir as condições mínimas necessárias para instrumentalizar e atender, eficientemente, os objetivos do Projeto de Pesquisa “DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROTOCOLO DO LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL”.

#### 3.2 – Bens e/ou Serviços

3.2.1 – A Solução compreende a aquisição de **50 (cinquenta)** dispositivos móveis do tipo *tablets* com as seguintes configurações mínimas: Sistema Operacional Windows 10, 2GB de RAM, CPU Intel BYT Quad-Core, 32 GB de armazenamento, Wi-Fi, Bluetooth, tela capacitiva com, no máximo, 10

polegadas e teclado destacável Bluetooth padrão ABNT2, preferencialmente.

### 3.2.2 – Planilha de Custos Estimados

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
01	Aquisição de <b>50 (cinquenta)</b> dispositivos móveis do tipo <i>tablets</i> com as seguintes configurações mínimas: Sistema Operacional Windows 10, 2GB de RAM, CPU Intel BYT Quad-Core, 32 GB de armazenamento, Wi-Fi, Bluetooth, tela capacitiva com, no máximo, 10 polegadas e teclado destacável Bluetooth padrão ABNT2, preferencialmente.	50	R\$782,00	R\$39.100,00

**Total: R\$39.100,00**

## IV. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 4.1. Considerações Gerais

4.1.1. Qualquer detalhe além da especificação e fundamental a compreensão da mesma na solução.

Vide item 3.2 e relatório em anexo.

### 4.2 Detalhamento das Especificações da Solução de TI:

- 4.2.1. A garantia mínima do item deve ser de 12 meses, incluída a garantia legal.
- 4.2.2. Não há necessidade de treinamento para utilização do equipamento, visto que os tablets virão equipados com o Sistema Operacional Windows 10 que é intuitivo.
- 4.2.3. Preferencialmente, o pacote Office deve vir pré-instalado.

## **V. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 5.1. Os objetos da presente aquisição podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado. Desta forma, entendemos que os objetos podem ser classificados com bens comuns, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.
- 5.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto 5.450, de 2005.

## **VI. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

- 6.1. O prazo de entrega deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato.
  - 6.1.1 A absoluta autonomia para distribuir e/ou fracionar a entrega dos itens solicitados caberá ao Requisitante.
- 6.2 Os equipamentos deverão ser entregues no ALMOXARIFADO CENTRAL, dentro do Campus Universitário, localizado na Rodovia BR-465 – Km 07 – Seropédica – RJ.
- 6.3 **TODA E QUALQUER ENTREGA DEVERÁ SER PRÉVIA E OBRIGATORIAMENTE AGENDADA**, no Almojarifado e/ou na COTIC, seja por Empresa Fornecedora ou Transportadora contratada, **de segunda à quinta-feira, de 08:30 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas** nos telefones: **Almojarifado - Campus Seropédica (21) 3787-**

3977 e (21) 2682-2802, **COTIC - Campus Seropédica** (21) 2681-4636 e **Campus Nova Iguaçu** (21) 2669-0105 Ramal 212.

6.4 No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar a UFRRJ tal ocorrência, através dos e-mails [almoxarifado\\_dmsa@ufrj.br](mailto:almoxarifado_dmsa@ufrj.br) e [aquisicao-cotic@ufrj.br](mailto:aquisicao-cotic@ufrj.br) ou dos telefones (21) 3787-3977, (21)2682-2802, (21)2681-4636 e (21) 2682-1349, respectivamente, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a **10 (dez) dias**.

6.4.1 Todos os materiais deverão vir acondicionados em suas embalagens originais;

6.4.2 Todos os materiais deverão obedecer às especificações constantes neste Termo de Referência e para materiais de procedência estrangeira a empresa deverá apresentar nota de importação que comprove a legalidade da entrada do material no país.

6.5 O material deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

## VII. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (dias) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.

7.1.1. O recebimento de que trata o subitem anterior será realizado mediante termo de recebimento provisório constante no Anexo VIII do edital.

7.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo constante no Anexo IX do edital.

7.2.1. A referida verificação do que trata o item anterior será anuída por um Servidor, com capacidade técnica compatível e devidamente instituído como fiscal técnico desta aquisição.

- 7.2.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, **reputar-se-á como realizada**, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.3. A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 7.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta e/ou no Edital, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou da entrega do objeto.

## VIII. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em no máximo **30 (trinta) dias** após ter sido atestado o recebimento definitivo do produto ou serviço.

## IX. OBSERVAÇÕES GERAIS

- 9.1 Todos os requisitos obrigatórios descritos no item “**Especificações Técnicas**” devem ser comprovados mediante apresentação de documentação técnica e outros documentos que se façam necessários.
- 9.2 Todas as funcionalidades e características devem fazer parte da versão atual do equipamento. Não serão aceitas comprovações de funcionalidades que somente estarão disponíveis em novas versões ou releases.
- 9.3 Os equipamentos propostos deverão estar em linha de produção, ou seja, sendo produzido pelo fabricante.

9.4 Os equipamentos devem acompanhar manual impresso, on-line e/ou CD-ROM com informações técnicas completas.

## **X. DA GARANTIA DO PRODUTO**

- 10.1. O prazo de garantia está descrito na especificação técnica do item.
- 10.2. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.
- 10.3. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a ser expedido pela CONTRATANTE.
- 10.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.
- 10.5. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto ou serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 10.6. Incumbe a CONTRATADA o ônus da prova da origem do defeito.
- 10.7. A efetivação do atendimento da garantia garantida em lei, começam a contar prazo a partir do primeiro contato da UFRRJ com a CONTRATADA.
- 10.8. Este contato deve gerar uma O.S. (Ordem de Serviço) para o controle da CONTRATANTE sob a correta execução da Garantia pela CONTRATADA.

## **XI. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
  - 11.1.1. Inexecução total ou parcial de quaisquer obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 11.1.3. Fraudar na execução do contrato ou na entrega do objeto;
  - 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
  - 11.1.6. Não mantiver a proposta.
- 11.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
  - 11.2.2. Multa moratória de 05% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
  - 11.2.3. Multa compensatória de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
    - 11.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
  - 11.2.4. A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE;
  - 11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
  - 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
  - 11.2.7. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - 11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **XII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo, no Edital e seus anexos;

12.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.2.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito formal ou por meio eletrônico, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

12.2.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **XIII. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes, no que couber, a fabricante, marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

13.1.2. Quando couber, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

13.1.3. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo **de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação conforme estabelecido no item “**Condições de Entrega**”;

13.1.4. Assinar o Contrato, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação;

13.1.5. Fornecer o material conforme especificação e preço registrados que não poderão ser inferiores as especificações contidas neste Termo de Referência.

13.1.6. A CONTRATADA deverá entregar todos os produtos, bem como catálogos, manuais, página impressa do sítio do fabricante na Internet ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

- 13.1.7. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UFRRJ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 13.1.8. Apresentar, sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;
- 13.1.9. Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;
- 13.1.10. Fornecer materiais novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos **90 (noventa) dias**, de maneira a não prejudicar a execução dos objetos ora contratados;
- 13.1.11. Entregar os bens, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido e no local determinado pela CONTRATANTE, conforme descrito na seção 6 “Das Condições de Entrega do Objeto”,
- 13.1.12. Prestar a garantia dos bens na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- 13.1.13. Aprovar a conexão ou instalação, nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique em danos físicos ao equipamento e não constitua perda da vigência da garantia prevista no presente Termo de Referência;
- 13.1.14. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 13.1.15. Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de 2 **(dois) dias úteis**, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência contratual, apresentando a documentação pertinente;
- 13.1.16. Encaminhar as solicitações à UFRRJ por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;
- 13.1.17. Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

#### **XIV. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

14.1. São expressamente vedadas à Contratada:

- 14.1.1. A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;
- 14.1.2. A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante; e
- 14.1.3. A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

#### **XV. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **XVI. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**16.1.** Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na instrução normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da secretaria de logística e tecnologia da informação do ministério do planejamento, orçamento e gestão e no art. 4º do decreto nº 7.746/2012:

- 16.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2 (caso houver);
- 16.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – Inmetro como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (caso houver);
- 16.1.3. Que os serviços apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, quais sejam: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (caso houver);
- 16.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) (caso houver);
- 16.1.5. A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do Edital, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012.
- 16.1.6. O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos

produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).

- 16.1.7. A Licitante vencedora, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente.
- 16.1.8. Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 (caso se enquadre).
- 16.1.9. **O licitante deverá atentar-se para as demais disposições contidas no Edital e seus anexos que visam a promoção da sustentabilidade sem se eximir de cumprir quaisquer leis ou normas, em vigor, que versem sobre esse tema.**

## **XVII. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

- 17.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por

qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **XVIII.CONDIÇÕES GERAIS**

- 18.1. O julgamento da licitação levará em conta o menor valor total proposto para o item, o qual servirá de parâmetro para declarar o vencedor. Apurado o valor vencedor, este será contratado para compra.

<b>Equipe de Planejamento da Contratação</b>		
<b>Integrante</b>	<b>Integrante</b>	<b>Integrante</b>
<b>Técnico</b>	<b>Requisitante</b>	<b>Administrativo</b>

*Luis Fernando Orleans*  
**Matrícula:1693114**

*Marcia Denise Pletsch*  
**Matrícula: 1639282**

*Luan Gonçalves de  
 Lima*

**Matrícula: 1974210**

**Autorização de Realização do Pleito:**

<b>Autoridades Competentes</b>		
<b>Responsável pela Área de Tecnologia da Informação</b>	<b>Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional</b>	<b>Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros</b>

*Fabio Cardozo da Silva*  
Matrícula: 1653214

*Roberto de Souza Rodrigues*  
Matrícula: 2452375

*Norma Sueli Martins*  
Matrícula: 0387280



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

---

## Relatório Técnico

Este relatório tem como objetivo descrever a busca realizada para definir qual(is) navegador(es) e, conseqüentemente, qual(is) sistema(s) operacional(is) será(ão) utilizado(s) no projeto “DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM: IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROTOCOLO DO LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL”. O critério utilizado foi o desempenho do interpretador de JavaScript de cada navegador, componente fundamental para a condução das sessões de validação do protótipo do livro digital.

O projeto de pesquisa em questão tem como objetivo validar um protótipo de livro digital acessível, que possa ser utilizado por crianças com ou sem deficiência, indistintamente. O principal requisito para o projeto reside no fato de o livro digital acessível ser interativo, o que somente é possível atingir através da inserção de trechos de código escritos em uma linguagem de programação chamada *JavaScript*.

Assim, como primeiro passo para determinar quais dispositivos estariam habilitados para utilização no projeto, foi realizada uma busca na loja de aplicativos do sistema operacional Android, a *Play Store*, onde não foi encontrado nenhum aplicativo leitor de livros digitais capaz de executar corretamente o nosso protótipo. Apesar de alguns deles possibilitarem a inclusão de JavaScript nos livros digitais, como Gitden Reader, estes falharam em executar o código contido no protótipo. Da mesma forma, na loja de aplicativos do Windows 10, também não foi encontrado nenhum aplicativo capaz de reproduzir o livro. Assim, foi necessário procurar uma outra forma de realizar a validação do protótipo.

De forma técnica, um livro digital não é muito diferente de uma página web, sendo possível a visualização de livros digitais no formato *ePub3* (utilizado neste projeto) em navegadores de internet convencionais, como o Firefox, Chrome ou Microsoft Edge.

Assim, foi feita uma pesquisa na internet<sup>1</sup> com o intuito de encontrar o navegador que

---

<sup>1</sup>Pelo fato de não possuímos os equipamentos (notadamente tablets com diferentes versões do sistema operacional Android) para a condução dos experimentos por conta própria, optou-se por uma busca na internet para a validação dos resultados. Contudo, os tablets Android possuem o navegador Chrome, que aparece em todos os comparativos encontrados.

possui o melhor interpretador de JavaScript, uma vez que as seções de interatividade dos livros utilizam recursos avançados e, por vezes, existem diferenças significativas de desempenho entre os fabricantes. Dentre as páginas encontradas na pesquisa, duas se destacaram [1][2] (em anexo). Nelas, o navegador Microsoft Edge foi eleito o que possui o melhor interpretador de JavaScript. Transcrevendo a conclusão de um dos comparativos: “O *benchmark* JetStream, que possui como foco aplicações web modernas, possui um vencedor surpreendente: Microsoft Edge.” Abaixo seguem dois gráficos contidos em [1], onde fica visível que o Microsoft Edge sobressai quando comparado aos outros navegadores em relação ao desempenho de interpretação de JavaScript, característica essencial para a viabilidade do projeto.

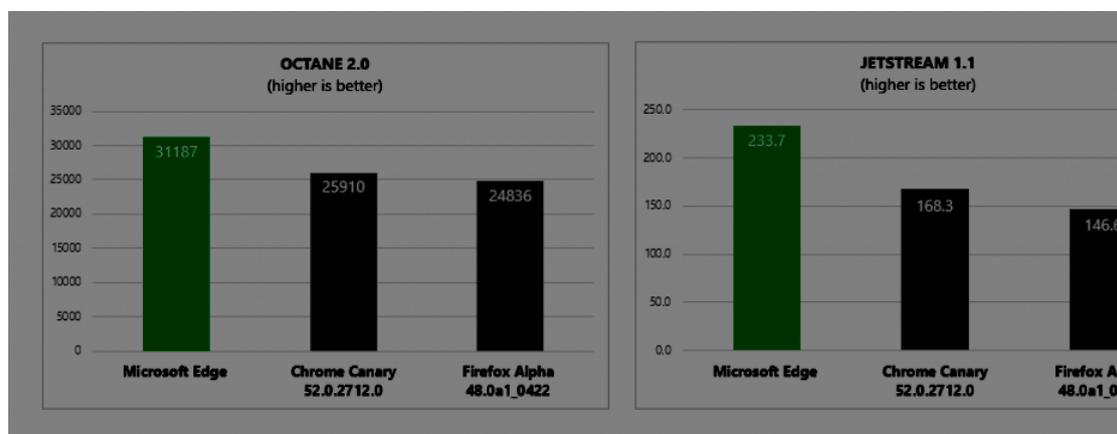


Figura 1: Extraído de [1]: comparação dos interpretadores JavaScript dos três principais navegadores.

Diante do gráfico acima, conclui-se que os tablets equipados com Windows 10 e, conseqüentemente, com o navegador Microsoft Edge, são os mais adequados para a execução do projeto, correndo-se o risco de, não atendido este requisito, os experimentos e a própria execução do livro digital, restarem ao final frustrados.

Adicionalmente, foi levada em consideração a experiência de usuário proporcionada pelo Windows 10, que caracteriza-se por ser o sistema operacional mais utilizado no mundo. Por ser familiar a praticamente todos os professores que realizarão a validação do protótipo em sessões com os alunos e a fim de evitar que problemas técnicos inesperados atrasem, impeçam ou mesmo invalidem de alguma forma os testes, o sistema operacional Windows 10 se caracteriza como um requisito *imprescindível* para a condução deste projeto.

Em conclusão, a opção por outro sistema operacional que não o Windows 10 pode ser capaz de atrasar o andamento do projeto devido à necessidade de treinamento específico para os professores (o que não faz parte do escopo do trabalho), além da possibilidade de invalidar o estudo, caso os interpretadores de JavaScript de seus navegadores não sejam

ASTEC / DMSA

Página: \_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_

suficientemente avançados para executar corretamente o protótipo do livro digital, o que criaria uma situação de desperdício de dinheiro público.

<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrante Requisitante</b>
---------------------------	--------------------------------

*Luis Fernando Orleans*  
**Matrícula: 1693114**

*Marcia Denise Pletsch*  
**Matrícula: 1639282**

Seropédica, 29 de Junho de 2017

## 1 Referências

[1] <https://adtmag.com/blogs/dev-watch/2016/06/javascript-wars.aspx>

[2] <https://www.ghacks.net/2016/06/23/fastest-browser/>



## **ANEXO III - DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/ 2017**

### **DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS**

**NOME DA EMPRESA** \_\_\_\_\_ **CNPJ** \_\_\_\_\_ **SEDE**  
\_\_\_\_\_ **(endereço completo e telefone)**, declara, sob as penas da lei, que nos  
preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza, que incidam sobre  
o material objeto deste pregão, tais como: mão-de-obra, fretes, seguros, impostos e taxas  
em geral, conforme constante do Anexo I do referido Edital.

\_\_\_\_\_  
**Nome, CPF e número da identidade do declarante**



## **ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/ 2017**

**PROPONENTE:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_ **FONE/FAX:** \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 49/2017, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 5º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (e suas demais atualizações).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa se enquadre nesta condição (Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03 de dezembro de 2009; Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013 e Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27 de maio de 2013).

**Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.**

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**RG/CPF:** \_\_\_\_\_



## ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

### MODELO DE DECLARAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/ 2017**  
**PROCESSO Nº: 23267.001307/2017 - 59**

.....(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ)  
 ....., por intermédio de seu representante legal o(a)  
 Sr(a)..... portador(a) da Carteira de  
 Identidade - RG nº..... e do CPF nº.....DECLARA, sob as  
 penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo  
 o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de  
 dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis  
 anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato  
 impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

Em, .....de.....de 20....

.....  
 (Assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/ 2017**  
**PROCESSO Nº: 23267.001307/2017 - 59**

.....(razão social), inscrito no CNPJ n.º....., com sede na .....  
n.º....., cidade....., Estado....., por intermédio do seu(s) representante(s) legal(is),  
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e inscrito no  
CPF/MF sob o n.º....., DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem  
fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da  
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

.....  
(Data)

.....  
(Assinatura (s) do (s) representante (s) legal (is))



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
 PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS FINANCEIROS  
 DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS  
 COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E GESTÃO DE ESPAÇO FÍSICO



## ANEXO VII

Processo nº 23267.001307/2017-59

### MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO Nº XXX/2017

Contrato de Aquisição que entre si celebram a  
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e  
 a empresa \_\_\_\_\_,  
 instrumento este regido nos termos da Lei  
 Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

**A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ**, Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Rodovia BR 465, km 07 - Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 23.897-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.427.465/0001-05, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Professor Ricardo Luiz Louro Berbara, nomeação D.O.U. de 21/02/2017, p. 01, seção 02, CPF nº 483.564.257-00, RG nº 02412708-6, expedida pelo IFP/RJ, e a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, e telefone: \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, tendo em vista o que consta no Processo nº 23267.001307/2017-59, em observância às disposições da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/2000, do Decreto nº 5.450/2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2010, do Decreto nº 7.746/2012, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 8.538/2015, da Lei nº 12.440/2011, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03/2011, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, bem como a Lei 8.078/1990, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 049/2017 e Termo de Referência, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, instrumento este regido nos termos da Lei nº 8666/1993, e suas alterações.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. O Termo de Contrato tem por objeto a aquisição de dispositivos móveis do tipo tablets, utilização no projeto de pesquisa, destinados à utilização em sessões de ensino experimentais com alunos portadores de deficiência conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº

049/2017, ANEXO I – Termo de Referência, que integram este instrumento, independente de transcrição.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor total R\$
1.	Aquisição de dispositivos móveis do tipo <i>tablets</i> com as seguintes configurações mínimas: Sistema Operacional Windows 10, 2GB de RAM, CPU Intel BYT Quad-Core, 32 GB de armazenamento, Wi-Fi, Bluetooth, tela capacitiva com, no máximo, 10 polegadas e teclado destacável Bluetooth padrão ABNT2, preferencialmente.	Unid.	50	

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....), estando incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017 na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 153166/15240, Fonte: 188, Programa de Trabalho 129.912, Centro de Custo: 320.000, Elemento de Despesa: 44.90.52, PI: V0000N0100N.

### CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES DO CONTRATO

- 5.1. Os preços são fixos e irredutíveis, no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

### CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO PRODUTO

- 6.1. A garantia mínima do item deve ser de 12 meses, incluída a garantia legal.
- 6.2. A CONTRATADA deverá comprometer-se a prestar a garantia estabelecida nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.
- 6.3. O período de garantia passará a contar a partir da Assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a ser expedido pela CONTRATANTE.

- 6.4. Aplica-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei n. 8.070 de 11 de setembro de 1990.
- 6.5. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto ou serviço que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto.
- 6.6. Incumbe a CONTRATADA o ônus da prova da origem do defeito.
- 6.7. A efetivação do atendimento da garantia garantida em lei, começam a contar prazo a partir do primeiro contato da UFRRJ com a CONTRATADA.
- 6.8. Este contato deve gerar uma O.S. (Ordem de Serviço) para o controle da CONTRATANTE sob a correta execução da Garantia pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 7.1. O prazo de vigência do Contrato é de **120 (cento e vinte) dias** contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
  - 7.1.1 O prazo de vigência do contrato não deve ser confundido com o prazo de garantia dos equipamentos. O primeiro compreende a execução do objeto do contrato administrativo e o respectivo pagamento à contratada. Já o segundo se refere ao prazo em que a Contratada deverá garantir o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do objeto contratado já entregue.
  - 7.1.2 A vigência contratual se extinguirá com a finalização da execução do objeto, recebimento e o consequente pagamento à Contratada. Já o lapso de garantia estabelecida para o equipamento continuará vigente até o advento do seu termo final.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO**

- 8.1 Este contrato se vincula para todos os fins de direito ao Edital do Pregão Eletrônico nº 049/2017, realizado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017, e seus anexos, assim como à proposta apresentada pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias, pelo Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF**; contados do aceite definitivo do produto, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
  - 9.1.1 Os pagamentos decorrentes de contratos cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

- 9.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 9.3 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.
- 9.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 9.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 9.6.1 **Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de cinco (5) dias úteis (estabelecido pela IN SLTI/MPOG nº 04, de 15/10/2013) o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração;**
- 9.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.8 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 9.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 9.10 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 9.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- 9.11.1 Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1540, DE 05 DE JANEIRO DE 2015.
- 9.12 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 9.13 É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.
- 9.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- $$I = (TX/100)/365$$
- EM = I x N x VP, onde:
- I = Índice de compensação financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUSTAÇÃO DE PAGAMENTO**

- 10.1 Poderá a contratante sustar o pagamento da fatura no caso de inadimplência da contratada para com a contratante na execução deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO**

- 11.1 O prazo de entrega deverá ser de no máximo **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato.
- 11.1.1 A absoluta autonomia para distribuir e/ou fracionar a entrega dos itens solicitados caberá ao Requisitante.
- 11.2 Os equipamentos deverão ser entregues no ALMOXARIFADO CENTRAL, dentro do Campus Universitário, localizado na Rodovia BR-465 – Km 07 – Seropédica – RJ.

- 11.3 TODA E QUALQUER ENTREGA DEVERÁ SER PRÉVIA E OBRIGATORIAMENTE AGENDADA, no Almoxarifado e/ou na COTIC, seja por Empresa Fornecedora ou Transportadora contratada, **de segunda à quinta-feira, de 08:30 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas** nos telefones: **Almoxarifado - Campus Seropédica** (21) 3787-3977 e (21) 2682-2802, **COTIC - Campus Seropédica** (21) 2681-4636 e **Campus Nova Iguaçu** (21) 2669-0105 Ramal 212.
- 11.4 No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de entrega, a CONTRATADA deverá comunicar a UFRRJ tal ocorrência, através dos e-mails [almoxarifado\\_dmsa@ufrj.br](mailto:almoxarifado_dmsa@ufrj.br) e [aquisicao-cotic@ufrj.br](mailto:aquisicao-cotic@ufrj.br) ou dos telefones (21) 3787-3977, (21)2682-2802, (21)2681-4636 e (21) 2682-1349, respectivamente, indicando a data em que efetivará a entrega, não podendo o adiamento da entrega ser superior a **10 (dez) dias**.
- 11.4.1 Todos os materiais deverão vir acondicionados em suas embalagens originais;
- 11.4.2 Todos os materiais deverão obedecer às especificações constantes neste Termo de Referência e para materiais de procedência estrangeira a empresa deverá apresentar nota de importação que comprove a legalidade da entrada do material no país.
- 11.4.3 O material deverá ser entregue acompanhado de nota fiscal correspondente, devidamente preenchida.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

- 12.1 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de **5 (dias) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato ou da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.
- 12.1.1 O recebimento de que trata o subitem anterior será realizado mediante termo de recebimento provisório, constante no Anexo VIII do edital.
- 12.2 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo expedido pela Administração.
- 12.2.1 A referida verificação do que trata o item anterior será anuída por um Servidor, com capacidade técnica compatível e devidamente instituído como fiscal técnico desta aquisição.
- 12.2.2 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, **reputar-se-á como realizada**, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

- 12.3 A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.
- 12.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta e/ou no Edital, devendo ser **substituídos no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou da entrega do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO CONTROLE E DA EXECUÇÃO**

- 13.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

14.1 São expressamente vedadas à Contratada:

- 14.1.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, durante a vigência do contrato;
- 14.1.2 A veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante; e
- 14.1.3 A subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial do objeto do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 15.1 São obrigações da Contratante:
- 15.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
  - 15.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  - 15.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  - 15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
  - 15.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 15.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 16.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes, no que couber, a fabricante, marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
  - 16.1.2 Quando couber, o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 16.1.3 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo **de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação conforme estabelecido no item “**Condições de Entrega**”;
  - 16.1.4 Assinar o Contrato, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação;

- 16.1.5 Fornecer o material conforme especificação e preço registrados que não poderão ser inferiores as especificações contidas neste Termo de Referência.
- 16.1.6 A CONTRATADA deverá entregar todos os produtos, bem como catálogos, manuais, página impressa do sítio do fabricante na Internet ou quaisquer outros documentos que comprovem o atendimento das especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.
- 16.1.7 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à UFRRJ e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- 16.1.8 Apresentar, sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, no prazo concedido no pedido, documentação referente às condições exigidas na licitação;
- 16.1.9 Participar imediatamente, por intermédio do Gestor do Contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que inviabilize a execução deste Instrumento;
- 16.1.10 Fornecer materiais novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos, nos próximos **90 (noventa) dias**, de maneira a não prejudicar a execução dos objetos ora contratados;
- 16.1.11 Entregar os bens, às suas expensas, dentro do prazo de entrega estabelecido e no local determinado pela CONTRATANTE, conforme descrito na seção 6 “Das Condições de Entrega do Objeto”,
- 16.1.12 Prestar a garantia dos bens na forma estabelecida neste Termo de Referência;
- 16.1.13 Aprovar a conexão ou instalação, nos equipamentos, de produtos de hardware, externos ou internos, e/ou de software de outros fornecedores ou fabricantes, desde que tal iniciativa não implique em danos físicos ao equipamento e não constitua perda da vigência da garantia prevista no presente Termo de Referência;
- 16.1.14 Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.1.15 Participar ao Gestor do Contrato, por escrito, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, quaisquer alterações ocorridas em seus dados cadastrais, durante o prazo de vigência contratual, apresentando a documentação pertinente;
- 16.1.16 Encaminhar as solicitações à UFRRJ por intermédio do Gestor ou fiscal do Contrato;

- 16.2 Efetuar o pagamento da multa prevista neste Termo de Referência que lhe seja aplicada por descumprimento de obrigações assumidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 17.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 18.1.1 Inexecução total ou parcial de quaisquer obrigações assumidas em decorrência da contratação;
  - 18.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.3 Fraudar na execução do contrato ou na entrega do objeto;
  - 18.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
  - 18.1.5 Cometer fraude fiscal;
  - 18.1.6 Não mantiver a proposta.
- 18.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
  - 18.2.2 Multa moratória de 05% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;
  - 18.2.3 Multa compensatória de 05% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
    - 18.2.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.
  - 18.2.4 A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE;
  - 18.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;

- 18.2.6 Impedimento de licitar e contratar com a União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 18.2.7 Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.
- 18.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
- 18.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 18.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

- 19.1 Constituem motivo para rescisão do contrato ou outro instrumento equivalente:
- 19.1.1 O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- 19.1.2 A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- 19.1.3 O atraso injustificado no início do fornecimento;
- 19.1.4 A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 19.1.5 A subcontratação total do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

- 19.1.6 A subcontratação parcial do seu objeto, sem que haja prévia aquiescência da Administração, e autorização expressa no Edital ou contrato;
- 19.1.7 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 19.1.8 O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 19.1.10 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 19.1.11 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 19.1.12 Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 19.1.13 A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.14 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 19.1.15 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 19.1.16 A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;
- 19.1.17 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 19.1.18 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.19 A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS**

20.1 Da decisão de aplicar multa, e mediante prévio reconhecimento desta, são cabíveis, sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de reconsideração, em 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da decisão;
- b) Recurso para a autoridade imediatamente superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do indeferimento do pedido de reconsideração.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

21.1 Dentre as recomendações voltadas para a sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também os seguintes critérios elencados na instrução normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 da secretaria de logística e tecnologia da informação do ministério do planejamento, orçamento e gestão e no art. 4º do decreto nº 7.746/2012:

21.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2 (caso houver);

21.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – Inmetro como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (caso houver);

21.1.3 Que os serviços apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis estabelecidas art. 4º do Decreto nº 7.746/2012, quais sejam: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra (caso houver);

21.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifênil-polibromados (PBBs), éteres difênil-polibromados (PBDEs) (caso houver);

21.1.5 A comprovação do disposto neste item (da sustentabilidade) poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido

cumpra as exigências do Edital, conforme art. 7º e 8º do Decreto nº 7.746/2012.

21.1.6 O Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, cita no art. 18 que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos e embalagens, deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, ficando estes responsáveis pela realização da Logística Reversa. Essa Logística é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (caso houver).

21.1.7 A Licitante vencedora, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, entendido como aqueles produtos ou componentes eletrônicos em desuso e sujeitos à disposição final, para fins de sua destinação final ambientalmente.

21.1.8 Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 de março de 2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 (caso se enquadre).

21.2 **O licitante deverá atentar-se para as demais disposições contidas no Edital e seus anexos que visam a promoção da sustentabilidade sem se eximir de cumprir quaisquer leis ou normas, em vigor, que versem sobre esse tema.**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

22.1 O presente contrato rege-se pelas disposições expressas no art. 55, Inciso XII da Lei nº 8.666/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie.

22.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

- 23.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

- 24.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO**

- 25.1 Nos Termos do art.109, Inciso I da Constituição da República Federativa do Brasil, é competente o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro, para dirimir questões relativas ao presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de pleno acordo com as Clausulas e condições expressas neste instrumento, as partes firma o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surta todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Seropédica-RJ, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

CNPJ nº 29.427.465/0001-05

Contratante

\_\_\_\_\_  
**Empresa XXXXXXXXXXXXXXXX**

CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada

ASTEC / DMSA

Página: \_\_\_\_

Rubrica: \_\_\_\_

Testemunhas:

Nome Legível:

\_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_ CPF:

\_\_\_\_\_

Nome Legível:

\_\_\_\_\_

Ass.: \_\_\_\_\_ CPF:

\_\_\_\_\_

**(CABEÇALHO A SER PREENCHIDO PELO SETOR RESPONSÁVEL)****Anexo VIII****TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO****Identificação**

<b>Contrato:</b>		<b>Nota de Empenho</b>	
<b>Objeto:</b>			
<b>Contratante:</b>			
<b>Contratada:</b>			

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso I, da Instrução Normativa nº 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 11/09/14, que os bens contratados foram recebidos nesta data e serão objetos de verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta da Contratada.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes bens ocorrerá em até \_\_\_\_ dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência.

**Seropédica, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.**

<b>CONTRATANTE</b>
<b>Fiscal Técnico do Contrato</b>

\_\_\_\_\_  
<Nome>

**Matrícula: <Matr.>**

Conforme o disposto acima, afirmamos está de acordo com a posterior verificação de conformidade dos bens entregues, relativos à Nota de Empenho e Contrato citados acima.

**Seropédica, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.**

<b>CONTRATADA</b>
<b>Preposto</b>

\_\_\_\_\_  
<Nome>

<Qualificação>



**(CABEÇALHO A SER PREENCHIDO PELO SETOR RESPONSÁVEL)**

**Anexo IX**

**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

**Identificação**

<b>Contrato N°:</b>		<b>Nota de Empenho</b>	
<b>Objeto:</b>			
<b>Contratante:</b>			
<b>Contratada:</b>			

Por este instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no art. 34, inciso VIII, da Instrução Normativa nº 04 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, de 11/09/14, que os bens contratados atendem às exigências especificadas no Termo de Referência.

Seropédica, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

<b>Gestor do Contrato</b>	<b>Fiscal Requisitante do Contrato</b>
---------------------------	--

\_\_\_\_\_  
 <Nome>  
 Matrícula: <Matr.>

\_\_\_\_\_  
 <Nome>  
 <Qualificação>